

28 FEV 1992

GAZETA MERCANTIL

Um acordo apertado

Divida Publica

por Getulio Bittencourt
de Nova York

A decisão do governo brasileiro de pagar US\$ 4,1 bilhões de sua dívida oficial atrasada ao Clube de Paris, entre 1992 e 1993, foi considerada excessiva por alguns banqueiros ouvidos ontem por este jornal na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Apesar disso, a opinião generalizada é que o acordo com os credores oficiais representa um avanço positivo.

"Os banqueiros com os quais conversei estão quase igualmente divididos entre duas posições", afirmou Joel Esciua, vice-presidente em Londres do banco australiano ANZ Grindlays. "Metade acha que o acordo é positivo e está otimista. Para esses, o passo lógico seguinte será o acordo com o Clube de Londres, ou seja, os bancos comerciais."

A outra metade, diz Es-

ciua, está preocupada e acha que o acordo não foi muito bom: "Pagar US\$ 4,1 bilhões aos credores oficiais até 1993 é muito, segundo eles. São mais de US\$ 2 bilhões por ano e pode prejudicar os outros pagamentos aos bancos comerciais, por exemplo".

O diretor executivo do Banco Pactual, no Rio, André Jakurski, reconhece que o acordo "deve reduzir o volume de pagamentos que o País poderá fazer aos bancos comerciais nos próximos dois anos". Mas entende que tirar o Clube de Paris da lista de problemas "é muito favorável e no frigar dos ovos terá desdobramentos positivos. Afinal, problemas com o Clube significam entre outras coisas, bloqueio do crédito oficial ao Brasil", argumenta.

Foi sem dúvida um passo na direção certa, ressalta Angel Santamarina, do banco espanhol Santander,

sem contudo demonstrar euforia: "Fantástico, mas ao mesmo tempo ainda não dá para dizer que o Brasil está totalmente firme". Mas ele discorda da idéia de que o pagamento ao Clube de Paris nos próximos dois anos será "excessivo".

"Que diferença se poderia esperar? Talvez US\$ 1 bilhão a menos?", indaga. "Mas para um país do tamanho do Brasil, US\$ 1 bilhão definitivamente não é um problema. De modo que ouvi essa ponderação de alguns dos meus colegas hoje pela manhã, e não concordo", acrescentou.

O mais entusiasmado foi Luís Fraga, diretor assistente no banco de investimentos Bear Stearns & Co. "Trata-se de um sinal muito claro de que a comunidade financeira internacional apóia o plano de estabilização do ministro Marcílio Marques Moreira. Com o endosso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e agora este, mais o aumento nas reservas em moeda forte, o caminho do Brasil está pavimentado para um acordo com os bancos comerciais. Foram os mesmos passos seguidos na recuperação do México", assinala.

Para Martin Schubert, da Eurinam, a delegação brasileira "adotou uma posição muito inteligente nas negociações em Paris. Fez muito barulho, quando era óbvio que não estava disposta a sair de lá sem um acordo. Deu a impressão contrária e conseguiu o acordo. Se não é bem o que queria, pois obteve catorze anos de prazo em vez de dezoito anos, deve-se lembrar que no caso do Brasil o Clube de Paris nunca pensou em redução da dívida".

Por esses parâmetros, Schubert argumenta que o acordo é positivo. Ele se preocupa, no entanto, com os termos do acordo com os bancos, "porque é óbvio, a partir de agora, que o Brasil terá que implementar aos poucos o seu Plano Brady de redução da dívida, porque não terá mais que US\$ 2,1 bilhões para desembolsar em garantias agora e será difícil, por isso, determinar seu valor".

Além disso, conclui ele, o Brasil será a partir de agora pressionado para aplicar uma política econômica apertada que ponha a situação interna sob controle, para que "a casa finalmente fique em ordem".

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem, em Brasília, que espera conseguir um desconto de 35% e um prazo entre vinte e trinta anos para o acordo da dívida externa com os bancos privados, que deve começar na próxima semana.